



CÓD: OP-069FV-22
7908433218975

PC-SP

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

500 Questões Gabaritadas

CADERNO DE QUESTÕES

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) Assinale a alternativa correta no que se refere ao emprego dos elementos destacados.

- (A) Após denunciar o sargento, o tenente chegou à ser chamado de “linguareto”, xingamento do qual não se chateou.
- (B) Acusado de revelar informações impróprias à respeito do sargento, o tenente alegou de que estava cumprindo ordens.
- (C) O tenente foi advertido a não fazer menção aos hábitos alimentares do sargento, aos quais não são nada saudáveis.
- (D) Os hábitos alimentares do sargento, a que o tenente fez menção, não parecem interessar a segurança interna.
- (E) A segurança interna, departamento o qual foi encaminhada a denúncia sobre o sargento, não deu importância a ela.

2. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) Assinale a frase que apresenta a regência correta, de acordo com a norma-padrão, no segmento destacado.

- (A) Ela confessou de que tem trabalhado mais do que gostaria.
- (B) Ele tem esperança a que logo terá mais tempo para o lazer.
- (C) Ela partiu do pressuposto a que o trabalho dignifica o homem.
- (D) Ele está convicto que é possível trabalhar e se divertir.
- (E) Ela demonstrou a crença de que o lazer dignifica a vida.

3. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) A concordância nominal está de acordo com a norma-padrão em:

- (A) A combinação entre sucesso profissional e lazer deve ser transformada em propósito de vida.
- (B) Sucesso e diversão são compatíveis; aliás, trabalho sem diversão pode levar ao adoecimento.
- (C) Preocupado em conquistar estabilidade financeira, nós acabamos não dando atenção ao lazer.
- (D) É extremamente necessário a dedicação de algumas horas na semana ao convívio social.
- (E) Ainda são muito escasso, em comparação com o tempo de trabalho, os momentos de diversão.

4. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018)

O trabalho dignifica o homem. O lazer dignifica a vida
 “Escolha um trabalho que você ame e não terá que trabalhar um único dia em sua vida.” A frase do pensador Confúcio tem sido o mantra de muitos que, embalados pela concepção de que ofício e prazer não precisam se opor, buscam um estilo de vida no qual a fonte de renda seja também fonte de alegria e satisfação pessoal. A questão é: trabalho é sempre trabalho. Pode ser bom, pode ser até divertido, mas não substitui a capacidade que só o lazer possui de tirar o peso de um cotidiano regido por prazos, horários, metas.

Não são poucas as pessoas que eu conheço que negligenciam o descanso em prol da produção desenfreada, da busca frenética por resultado, ascensão, *status*, dinheiro. Algo de errado em querer tudo isso? A meu ver, não. E sim. Não, porque é digna a recusa à estagnação. Sim, quando ela compromete momentos de entretenimento, minando, aos poucos, a saúde física e mental de quem acha que sombra e água fresca são luxo e não merecimento.

Recentemente, um construtor com o qual eu conversava me disse que estava havia nove anos sem férias, e lamentou o pouco tempo passado com os netos. O patrimônio veio de dedicação e empenho, mas custou caro também. Na hora me perguntei se era realmente preciso escolher entre sucesso e diversão.

Poucas coisas são tão eficazes na função de honrar alguém quanto o ofício que se exerce. Momentos de pausa, porém, honram o próprio ofício. A vida se equilibra justamente na possibilidade de converter o dinheiro advindo do esforço em ingressos para *o show* da banda preferida, passeios no parque, pipoca quentinha e viagens de barco.

(Larissa Bittar. *Revista Bula*. www.revistabula.com. Adaptado)

Observa-se uma relação de causa e consequência, nessa ordem, na seguinte passagem:

- (A) “Poucas coisas são tão eficazes na função de honrar alguém quanto o ofício que se exerce.” (4º parágrafo)
- (B) “Não, porque é digna a recusa à estagnação.” (2º parágrafo)
- (C) “Escolha um trabalho que você ame e não terá que trabalhar um único dia em sua vida.” (1º parágrafo)
- (D) “Pode ser bom, pode ser até divertido, mas não substitui a capacidade que só o lazer possui de tirar o peso de um cotidiano regido por prazos, horários, metas.” (1º parágrafo)
- (E) “A questão é: trabalho é sempre trabalho.” (1º parágrafo)

5. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) Usando o texto da questão acima como referência, responda.

Há palavras empregadas com sentido figurado em:

- (A) “um construtor com o qual eu conversava me disse” (3º parágrafo).
- (B) “me perguntei se era realmente preciso escolher” (3º parágrafo).
- (C) “Não são poucas as pessoas que eu conheço que negligenciam o descanso” (2º parágrafo).
- (D) “quem acha que sombra e água fresca são luxo e não merecimento” (2º parágrafo).
- (E) “lamentou o pouco tempo passado com os netos” (3º parágrafo).

6. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) Utilizando o texto base da questão 4 como referência, responda:

A referência ao construtor, no terceiro parágrafo, serve para

- (A) exemplificar que a opção pelo lazer pressupõe a recusa do sucesso.
- (B) denunciar um comportamento cada vez mais raro entre as pessoas.
- (C) mostrar como a dedicação excessiva ao trabalho pode levar à frustração.
- (D) ilustrar o quanto o trabalho pode destruir a saúde física e mental de alguém.
- (E) demonstrar que a preocupação com os bens materiais é antiética.

7. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) Utilizando o texto base da questão 4 como referência, responda:

Uma palavra que revela a crítica que a autora faz ao modo como as pessoas têm se relacionado com o trabalho está destacada em:

- (A) “converter o dinheiro advindo do esforço” (4º parágrafo).
- (B) “busca frenética por resultado” (2º parágrafo).
- (C) “ofício que se exerce” (4º parágrafo).
- (D) “escolher entre sucesso e diversão” (3º parágrafo).
- (E) “recusa à estagnação” (2º parágrafo).

8. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) Utilizando o texto base da questão 4 como referência, responda:

A autora defende a opinião de que

- (A) a dedicação exclusiva ao trabalho é justificável, quando gera alegria e satisfação pessoal.
- (B) o lazer não pode ser substituído pelo trabalho, especialmente porque este não é fonte de prazer.
- (C) o lazer deveria ser a única preocupação das pessoas e não o trabalho, como é comum.

(D) a busca por ascensão e dinheiro não deve ser vista como dignificante, pois compromete o lazer.

(E) o ideal é que se encontre prazer no trabalho, mas o lazer não deve ser negligenciado.

9. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) A concordância verbal está em conformidade com a norma-padrão na frase:

- (A) O novo guia recomenda que se passe doze meses para que um diagnóstico seja estabelecido; excetua-se os casos graves.
- (B) O comportamento típico dos viciados em games passam a ter descrição no guia, o que contribui para tratar a doença.
- (C) Os jogos, para quem é viciado, revela-se muito mais atraentes do que quaisquer outros interesses na vida.
- (D) Os viciados em games acabam se distanciando de amigos e familiares, cuja companhia é facilmente trocada pelo jogo.
- (E) Consultar as informações no guia de Classificação Internacional de Doenças ajudam médicos e pesquisadores em seu trabalho.

10. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018)

Pela primeira vez, vício em games é

considerado distúrbio mental pela OMS

A 11ª Classificação Internacional de Doenças (CID) irá incluir a condição sob o nome de “distúrbio de games”. O documento descreve o problema como padrão de comportamento frequente ou persistente de vício em games, tão grave que leva “a preferir os jogos a qualquer outro interesse na vida”. A última versão da CID foi finalizada em 1992, e a nova versão do guia será publicada neste ano. Ele traz códigos para as doenças, sinais ou sintomas e é usado por médicos e pesquisadores para rastrear e diagnosticar uma doença.

O documento irá sugerir que comportamentos típicos dos viciados em games devem ser observados por um período de mais de 12 meses para que um diagnóstico seja feito. Mas a nova CID irá reforçar que esse período pode ser diminuído se os sintomas forem muito graves. Os sintomas do distúrbio incluem: não ter controle de frequência, intensidade e duração com que joga *video game*; priorizar jogar *video game* a outras atividades.

Richard Graham, especialista em vícios em tecnologia no Hospital Nightingale em Londres, reconhece os benefícios da decisão. “É muito significativo, porque cria a oportunidade de termos serviços mais especializados.” Mas para ele é preciso tomar cuidado para não se cair na ideia de que todo mundo precisa ser tratado e medicado. “Pode levar pais confusos a pensar que seus filhos têm problemas quando eles são apenas ‘empolgados’ jogadores de *video game*”, afirmou.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018) Supondo que o Presidente da República decida nomear como novo Ministro de Defesa FULANO DE TAL, é correto afirmar que referido Ministro

- (A) deverá possuir no mínimo 18 anos de idade, podendo ser brasileiro nato ou naturalizado, no gozo de seus direitos políticos.
- (B) obrigatoriamente, deverá possuir mais de 21 anos de idade e ser exclusivamente brasileiro nato, no gozo de seus direitos políticos.
- (C) uma vez nomeado, caso pratique crime de responsabilidade juntamente com o Presidente da República, será julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- (D) deverá contar no máximo 30 anos de idade, podendo ser brasileiro nato ou naturalizado, no gozo dos seus direitos políticos.
- (E) tendo preenchido os requisitos constitucionais para sua nomeação e assumido o cargo, caso pratique infração penal comum, será julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.

2. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018) Suponha que o Presidente da República, depois de ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretou estado de defesa para restabelecer a paz social ameaçada por grave e iminente instabilidade institucional no local X.

Nesse caso, é certo assinalar que

- (A) o estado de defesa poderá ser instituído pelo prazo máximo de 45 dias, prorrogado uma única vez por mais 45 dias.
- (B) o decreto poderá restringir tanto o sigilo de comunicação telegráfica como telefônica.
- (C) o decreto que instituir o estado de defesa poderá se dar por prazo indeterminado em casos de grave violação da ordem pública.
- (D) na vigência do estado de defesa a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a 30 dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.
- (E) o direito de reunião poderá ser restringido, excetuando-se naquelas exercidas no seio das associações.

3. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018) Em recente julgamento nos autos da ADPF nº132, o Supremo Tribunal Federal, diante da possibilidade de duas ou mais interpretações razoáveis sobre o art. 1.723 do Código Civil, que trata sobre a união estável

entre homem e mulher, reconheceu a união homoafetiva como família. Nesse caso, é correto afirmar que a técnica de interpretação utilizada foi

- (A) interpretação teleológica.
- (B) mutação constitucional informal.
- (C) interpretação conforme.
- (D) mutação constitucional formal.
- (E) ponderação pelo princípio da proporcionalidade.

4. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018) Assinale a alternativa correta a respeito do Controle de Constitucionalidade no Brasil.

- (A) A decisão sobre a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo somente será tomada se presentes na sessão pelo menos seis Ministros.
- (B) Após a propositura da ação direta de inconstitucionalidade, somente se admitirá a sua desistência mediante concordância da autoridade responsável pela edição da lei ou ato normativo impugnado.
- (C) Em se tratando de Ação Direta de Constitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria simples de seus membros, poderá deferir pedido de medida cautelar consistente na determinação de que os juízes e os Tribunais suspendam o julgamento dos processos que envolvam a aplicação da lei ou do ato normativo objeto da ação até seu julgamento definitivo.
- (D) A medida cautelar deferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade, que será em regra dotada de eficácia contra todos de efeito ex nunc, torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo manifestação expressa em sentido contrário.
- (E) Os partidos políticos, independentemente de representação no Congresso Nacional, possuem legitimação para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade, uma vez que possuem representatividade nacional.

5. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018) É correto afirmar sobre o Conselho da República:

- (A) dele participam como membros, dentre outros, os líderes da maioria e da minoria, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal.
- (B) possui como um de seus membros o Ministro do Planejamento.
- (C) dentre as suas competências constitucionais deve opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração de paz.

(D) compete-lhe estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático.

(E) é composto, dentre outros membros, de oito cidadãos brasileiros natos ou naturalizados, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo três nomeados pelo Presidente da República, três eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, sendo possível a recondução por uma única vez.

6. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018) Supondo que o Senador Y deixe de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias do Senado Federal, é correto assinalar que

(A) perderá o seu mandato automaticamente, mediante decisão constitutiva por maioria simples do Senado Federal.

(B) perderá o seu mandato automaticamente, mediante decisão declaratória por maioria absoluta do Senado Federal.

(C) perderá o seu mandato, mediante decisão constitutiva do Congresso Nacional, assegurando-se contraditório e ampla defesa.

(D) perderá o seu mandato automaticamente, mediante decisão constitutiva por maioria absoluta do Senado Federal, independentemente de que lhe seja assegurado contraditório e ampla defesa.

(E) perderá o seu mandato, mediante decisão declaratória do Senado Federal, salvo se a ausência decorra de licença ou missão autorizada pela Casa legislativa.

7. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018) Considere que o Estado X, em função da diversidade cultural constatada em sua região, decida desmembrar-se para formação de dois novos Estados. Nessa hipótese, é correto afirmar que tal desmembramento

(A) será constitucional desde que a proposta seja aprovada pela população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e, cumulativamente, pelo Congresso Nacional, por lei complementar.

(B) será constitucional se aprovada diretamente pela população interessada, por meio de referendo, e do Congresso Nacional, por meio de lei ordinária.

(C) é automaticamente inconstitucional, pois a unidade federativa é cláusula pétrea imutável nos termos da Constituição.

(D) é automaticamente inconstitucional, uma vez que a Constituição Federal veda tanto a separação como a criação de novos Estados-membros, ante a já estabelecida simetria federal.

(E) será constitucional desde que aprovada pela Assembleia do Estado mediante lei estadual e, cumulativamente, pelo Congresso Nacional, por meio de lei complementar.

8. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018) Assinale a alternativa correta que corresponda à previsão da Constituição Federal de 1988 sobre a repartição de competências entre os entes federativos.

(A) É competência privativa da União legislar sobre procedimentos em matéria processual.

(B) Compete privativamente à União legislar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.

(C) Em se tratando de competência legislativa concorrente, caso um Estado X legisle de forma plena sobre normas gerais e específicas, e, posteriormente, sobrevenha lei federal sobre normas gerais, a lei estadual será abrogada no que lhe for contrário.

(D) Compete à União, Estados-membros e Distrito Federal legislar concorrentemente sobre custas dos serviços forenses.

(E) É competência comum da União, Estados-membros e Distrito Federal legislar sobre populações indígenas.

9. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018) É correto afirmar que o Federalismo

(A) representa uma forma de Estado que possui um centro único dotado de capacidade legislativa, administrativa e política, que é direcionado às unidades locais e regionais.

(B) representa um sistema de governo, que analisa as relações de poder existentes no âmbito da federação.

(C) ocorreu no Brasil por meio de um movimento centrífuga (por segregação).

(D) ocorreu no Brasil mediante um movimento centrípeta (por agregação).

(E) representa uma forma de governo, que leva em consideração a quantidade de titulares que estão no poder.

10. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018) Suponha que o Partido X lhe consulte sobre quais são os requisitos constitucionais para que um partido político tenha acesso aos recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao tempo de rádio e televisão. Nesse sentido, segundo o disposto na Constituição Federal de 1988, após a reforma dada pela Emenda Constitucional nº97/2017, é correto afirmar que o acesso a tais benefícios ocorrerá

DIREITOS HUMANOS

1. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)

Os juízes da Corte Interamericana serão eleitos para um mandato de seis anos e só poderão ser reeleitos uma vez. Na hipótese de um dos juízes concluir o seu mandato, mas ainda ter casos sob seu exame que se encontrem em fase de sentença, o Estatuto da Corte estabelece que

(A) deverão os casos ser redistribuídos, igualmente, aos juízes que permanecem na Corte, iniciando-se a transferência pelo integrante mais novo.

(B) os casos deverão ser assumidos pelo novo juiz eleito que o substituirá, o qual deverá proferir as respectivas sentenças de acordo com seu livre convencimento.

(C) o juiz presidente da Corte receberá os casos no estado em que se encontram e fará a sua redistribuição por sorteio aos demais juízes.

(D) o juiz continuará conhecendo desses casos a que se tiver dedicado, para cujo efeito não será substituído pelo novo juiz eleito.

(E) o juiz deverá concluir a instrução de todos os processos em sua posse e entregá-los prontos para a sentença que será proferida pelo novo juiz que o substituirá.

2. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)

É um Princípio Geral de Direito Penal, previsto no Estatuto de Roma, aplicável à jurisdição do Tribunal Penal Internacional:

(A) os crimes da competência do Tribunal prescrevem em 10 anos, contados do conhecimento do fato criminoso.

(B) qualquer pessoa condenada pelo Tribunal só poderá ser punida em conformidade com as disposições legais existentes no seu Estado-Parte.

(C) o erro de fato só excluirá a responsabilidade criminal se eliminar o dolo requerido pelo crime.

(D) o Tribunal não terá jurisdição sobre pessoas que, à data da denúncia da prática do crime, não tenham ainda completado 21 anos de idade.

(E) a previsão de um crime será estabelecida de forma precisa, sendo permitida, quando isso não for possível, o recurso à analogia.

3. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)

Segundo o Estatuto de Roma, o Tribunal Penal Internacional exercerá a sua jurisdição em relação aos crimes nele previstos por iniciativa

(A) de denúncia da Interpol, de solicitação de órgãos de direitos humanos da ONU ou da Comissão Interamericana ou Europeia de Direitos Humanos.

(B) de denúncia do próprio Estado-Parte ou do Conselho de Segurança da ONU e por meio de inquérito do Procurador do Tribunal.

(C) de denúncia da Interpol ou do próprio Estado-Parte e de decisão *ex officio* de qualquer juiz do Tribunal.

(D) de solicitação de qualquer órgão do Poder Judiciário do Estado-Parte, de denúncia de qualquer cidadão do Estado-Parte e de decisão *ex officio* de qualquer juiz do Tribunal.

(E) de denúncia de qualquer pessoa, de entidades não-governamentais ligadas à defesa dos direitos humanos e por meio de inquérito do Procurador.

4. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)

No tocante ao Tribunal Penal Internacional, considerando o disposto, expressamente, no Estatuto de Roma, o Tribunal terá competência para julgar

(A) a tortura, o racismo, o terrorismo e os crimes contra a humanidade.

(B) a tortura coletiva, o extermínio em massa, o tráfico de pessoas e os crimes de guerra.

(C) os crimes de guerra, os crimes contra a humanidade, o terrorismo e os crimes hediondos.

(D) o genocídio, os crimes contra a humanidade, a tortura e o tráfico internacional de entorpecentes.

(E) o genocídio, os crimes contra a humanidade, os crimes de guerra e os crimes de agressão.

5. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)

O Pacto de São José da Costa Rica estipula que os Estados-Partes podem suspender as obrigações contraídas em virtude do referido Pacto, como por exemplo em situação de guerra, perigo público, ou de outra emergência que ameace a sua independência ou sua segurança. Dentre os direitos que podem ser suspensos nessas hipóteses, está

(A) o Direito à Nacionalidade.

(B) o Direito de Circulação.

(C) o Direito ao Reconhecimento da Personalidade Jurídica.

(D) a Liberdade de Religião.

(E) o Princípio da Retroatividade da lei.

6. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)

No que se refere à prisão civil por dívida, a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) estabelece que

- (A) é permitida apenas para o caso de inadimplemento de obrigação alimentar.
- (B) deve ser decidida pela Constituição de cada Estado-Parte.
- (C) deve ser abolida em todos os Estados-Partes.
- (D) é permitida apenas para hipótese de depositário infiel.
- (E) é autorizada para os casos de depositário infiel e de devedor de obrigação alimentar.

7. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)

Nos moldes das Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento dos Presos (Regras de Mandela), na hipótese de haver uma presa em estado de gravidez ou com filhos em determinado estabelecimento prisional,

- (A) após o nascimento da criança, esta poderá ficar com a mãe no estabelecimento prisional, no máximo, até completar dois anos de idade.
- (B) os exames pré e pós-natais não devem ser realizados no próprio estabelecimento prisional, devendo a presa ser conduzida a hospital ou clínica especializada sempre que necessitar.
- (C) devem-se adotar as medidas para que o nascimento ocorra em hospital fora da unidade prisional, mas se a criança nascer no próprio estabelecimento prisional, este fato deve constar de sua certidão de nascimento.
- (D) providências devem ser tomadas para garantir creches internas ou externas dotadas de pessoal qualificado, onde as crianças poderão ser deixadas quando não estiverem sob o cuidado de seu pai ou sua mãe.
- (E) se a mãe, após o nascimento do filho, quiser manter a criança com ela no estabelecimento prisional, essa decisão deve se basear no melhor interesse da mãe e deve ser tomada pelo Diretor da unidade prisional.

8. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)

Segundo as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento dos Presos (Regras de Mandela), é correto afirmar que

- (A) o sistema de registro dos presos, que deve ser aberto a todos os interessados, será utilizado para gerar dados confiáveis acerca de tendências e características da população prisional, incluindo taxas de ocupação, a fim de criar as bases para a tomada de decisões fundadas em evidências.

(B) as administrações prisionais e autoridades competentes devem oferecer educação, formação profissional e trabalho, e outras formas de assistência apropriadas e disponíveis, inclusive aquelas de natureza reparadora, moral, espiritual, social, esportiva e de saúde. Tais programas, atividades e serviços devem ser oferecidos em consonância com as necessidades individuais de tratamento dos presos.

(C) ao impor uma sanção disciplinar, deve ser levado em conta se e como uma eventual doença mental ou incapacidade do preso possa ter contribuído para sua conduta ou ato que fundamentou a sanção. Os administradores prisionais devem punir de forma compatível e adequada a conduta do preso considerada como resultado de sua doença mental ou incapacidade intelectual.

(D) todos os presos devem ser tratados com respeito e dignidade. Nenhum preso deverá ser submetido a tortura ou tratamentos ou sanções cruéis, desumanos ou degradantes e deverá ser protegido de tais atos, não sendo estes justificáveis, a não ser em defesa da segurança dos servidores prisionais, dos prestadores de serviço e dos visitantes.

(E) as diferentes categorias de presos devem ser mantidas em estabelecimentos prisionais separados, levando em consideração seu sexo, idade, antecedentes criminais, razões da detenção e necessidades de tratamento, não podendo diferentes categorias ser mantidas no mesmo estabelecimento, ainda que em recintos internos distintos.

9. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)

Assinale a alternativa que está em consonância com o Protocolo de Prevenção, Supressão e Punição do Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças.

(A) Cada Estado-Parte se obriga, em virtude da relevância social da prevenção e gravidade da conduta, a afastar eventual confidencialidade dos procedimentos judiciais relativos ao tráfico de pessoas, especialmente de mulheres e crianças.

(B) Cada Estado-Parte, ao aplicar as disposições sobre assistência e proteção das vítimas de tráfico de pessoas, não poderá fazer distinção quanto à idade, ao sexo ou às suas necessidades específicas.

(C) O recrutamento, o transporte, a transferência, ou o acolhimento de uma criança para fins de exploração serão considerados tráfico de pessoas desde que envolvam o uso da força ou outras formas de coação.

(D) Para efeitos do Protocolo, o termo “criança” significa qualquer pessoa com idade inferior a dezoito anos.

(E) Quando se tratar de exploração para fins de prostituição mediante o pagamento de benefícios, o consentimento dado pela vítima descaracteriza o tráfico de pessoas.

DIREITO PENAL

1. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)

Assinale a alternativa que contempla um crime previsto na Lei no 11.101/2005 (Lei de Recuperação de Empresas e Falência) e apenado com detenção.

- (A) Omissão dos documentos contábeis obrigatórios.
- (B) Divulgação de informações falsas.
- (C) Desvio, ocultação ou apropriação de bens.
- (D) Violação de sigilo empresarial.
- (E) Favorecimento de credores.

2. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)

É correto afirmar a respeito do crime de disparo de arma de fogo, previsto na Lei no 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), que

- (A) é inafiançável, de perigo abstrato e que não admite a suspensão condicional do processo.
- (B) se trata de crime comum, de perigo abstrato e que não admite a suspensão condicional do processo.
- (C) se trata de crime próprio, afiançável e que admite a suspensão condicional do processo.
- (D) não admite a suspensão condicional do processo, é afiançável e trata-se de crime de mão-própria.
- (E) é inafiançável, de perigo concreto e que admite a suspensão condicional do processo.

3. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)

Policia Militar que forja situação de flagrância, a fim de increpar indivíduo que sabe inocente e, com isso, dá causa à instauração de inquérito policial, comete crime de

- (A) falso testemunho (CP, art. 342).
- (B) calúnia qualificada (CP, art. 138, § 3º).
- (C) exercício arbitrário (CP, art. 350).
- (D) denúncia caluniosa (CP, art. 339).
- (E) comunicação falsa de crime (CP, art. 340).

4. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)

Historicamente, a expressão venditio fumi é identificada com o crime de

- (A) tráfico de influência (CP, art. 332).
- (B) contrabando (CP, art. 334).
- (C) usurpação de função pública (CP, art. 328).
- (D) estelionato (CP, art. 171).
- (E) falsificação de moeda (CP, art. 289).

5. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)

No que concerne aos crimes contra a dignidade sexual, é correto afirmar que

- (A) dadas as condições de evolução social, não se pune atualmente a violação sexual mediante fraude e nem a sedução.
- (B) o crime de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de maiores de 18 anos não-vulneráveis só é punido se o agente tem intuito de lucro.
- (C) o crime de assédio sexual, por expressa disposição legal fruto de ativismo jurídico, é punido mais gravemente se cometido por homem contra mulher do que vice-versa.
- (D) é fato típico induzir menor de 14 (quatorze) anos a presenciar ato libidinoso diverso da conjunção carnal, a fim de satisfazer lascívia própria.
- (E) apenas pessoas dignas são objeto de proteção penal, excluídas as pessoas que voluntariamente se entregam à má vida ou a práticas sexuais promíscuas.

6. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)

O crime de apropriação indébita (CP, art. 168)

- (A) torna-se qualificado quando a vítima é entidade de direito público ou instituto de economia popular, assistência social ou beneficência.
- (B) é de ação pública condicionada à representação.
- (C) apenas tem como objeto material a coisa alheia móvel, sendo impossível falar-se em apropriação indébita de imóvel.
- (D) não admite a figura privilegiada, ao contrário do furto.
- (E) tem a punibilidade extinta em caso de devolução da coisa antes do oferecimento da denúncia.

7. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)

O crime de extorsão mediante sequestro (CP, art. 159)

- (A) é qualificado se do fato resulta lesão corporal grave ou morte.
- (B) é qualificado se cometido contra vítima menor de 18 (dezoito) anos ou maior de 50 (cinquenta) anos.
- (C) não admite a modalidade tentada.
- (D) consuma-se quando o agente solicita vantagem como preço do resgate, por se tratar de crime contra o patrimônio.
- (E) consuma-se quando o agente obtém vantagem como preço do resgate, por se tratar de crime contra o patrimônio.

8. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)

No que concerne ao crime de constrangimento ilegal (CP, art. 146), é correto afirmar que

- (A) se tipifica o crime, apenas, pela ação violenta, não havendo previsão legal para punição por mera grave ameaça.
- (B) qualifica o tipo a concorrência de 3 (três) ou mais agentes.
- (C) tipifica o crime a coação exercida para impedir suicídio, o que se explica pelo fato de o suicídio não ser penalmente relevante.
- (D) tipifica o crime a intervenção médica ou cirúrgica, sem o consentimento do paciente ou de seu representante legal, mesmo se justificada por iminente perigo de vida.
- (E) se consuma quando a vítima, sem norma legal que a obrigue a tanto, faz ou deixa de fazer, cedendo à determinação do agente.

9. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)

Maria e Mariana, ambas nascidas com genitais femininos, auto-identificadas e socialmente reconhecidas como mulheres, convivem em união estável e monogâmica. Ocorre que Maria, às escondidas, passa a manter relações sexuais com José. Mariana flagra Maria em ato sexual com José e, nesse contexto, Maria provoca injustamente Mariana, dizendo a José, em tom de escárnio, que Mariana é “xucra, burra e ruim de cama”, e que, além disso, Mariana “gosta de ser traída e não tomará qualquer atitude, por ser covarde e medrosa”. Embora nunca tenha praticado ato de violência doméstica, Mariana é tomada por violenta emoção e dispara projétil de arma de fogo contra a cabeça de Maria, que morre imediatamente.

É correto afirmar que Mariana praticou

- (A) ato típico, mas amparado por causa excludente de ilicitude.
- (B) homicídio qualificado, por meio insidioso.
- (C) feminicídio.
- (D) homicídio privilegiado.
- (E) homicídio qualificado, por motivo torpe.

10. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)

A ação penal privada subsidiária é cabível no crime de

- (A) exercício arbitrário das próprias razões, sem emprego de violência (CP, art. 345, parágrafo único).
- (B) furto de coisa comum (CP, art. 156).
- (C) esbulho possessório de propriedade particular, sem emprego de violência (CP, art. 161, II, § 3º).
- (D) fraude à execução (CP, art. 179).
- (E) dano (CP, art. 163, caput).

11. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)

No que concerne ao art. 107 do CP, que enumera as causas extintivas da punibilidade, trata-se de rol

- (A) exemplificativo, já que são admitidas pela legislação causas ali não contidas, como, por exemplo, o cumprimento da suspensão condicional do processo.
- (B) taxativo, já que não admite exceção.
- (C) taxativo, uma vez que as causas supralegais de extinção da punibilidade não são reconhecidas pela jurisprudência.
- (D) exemplificativo, já que são admitidas pela legislação causas ali não contidas, como, por exemplo, a incapacidade mental superveniente ao crime.
- (E) exemplificativo, já que são admitidas pela legislação causas ali não contidas, como, por exemplo, o indulto.

12. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)

O Direito Penal trabalha com a necessidade de se apurar a responsabilidade subjetiva para punir o autor do crime. No que concerne à responsabilidade objetiva, o Direito Penal

- (A) admite-a excepcionalmente, quando pune aquele que agiu em estado de completa embriaguez culposa.
- (B) não a admite, em hipótese alguma.
- (C) admite-a excepcionalmente, quando determina a punição do coautor particular nos crimes cometidos por funcionários públicos.
- (D) admite-a excepcionalmente, quando estabelece a figura dos garantes nos crimes comissivos por omissão.
- (E) admite-a excepcionalmente, quando estabelece os crimes omissivos próprios.

13. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)

“Existe _____ quando o agente prevê o resultado, mas espera, sinceramente, que não ocorrerá; configura-se _____ quando a vontade do agente não está dirigida para a obtenção do resultado, pois ele quer algo diverso, mas, prevendo que o evento possa ocorrer, assume assim mesmo a possibilidade de sua produção.”

Assinale a alternativa que correta e respectivamente completa as lacunas.

- (A) dolo indireto ... dolo alternativo
- (B) dolo eventual ... culpa consciente
- (C) culpa inconsciente ... culpa consciente
- (D) culpa consciente ... dolo eventual
- (E) culpa inconsciente ... dolo eventual

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (PC-SP-DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP - 2018)

No que concerne às disposições da Lei nº12.850/2013 (Lei de Combate às Organizações Criminosas), é correto afirmar que

(A) na hipótese de colaboração premiada, o prazo para oferecimento de denúncia, relativo ao colaborador, poderá ser suspenso por até 6 (seis) meses, improrrogáveis, até que sejam cumpridas as medidas de colaboração, suspendendo-se o respectivo prazo prescricional.

(B) na hipótese de colaboração premiada, o prazo para oferecimento de denúncia ou o processo, relativos ao colaborador, poderá ser suspenso por até 6 (seis) meses, prorrogáveis por igual período, até que sejam cumpridas as medidas de colaboração, não sendo suspenso o respectivo prazo prescricional.

(C) o Delegado de Polícia terá acesso, independentemente de autorização judicial, apenas aos dados cadastrais do investigado que informem exclusivamente a qualificação pessoal, a filiação e o endereço mantidos pela Justiça Eleitoral, empresas telefônicas, instituições financeiras, provedores de internet e administradoras de cartão de crédito.

(D) nos crimes previstos na referida lei, observadas as disposições do Código de Processo Penal, a instrução criminal deverá ser encerrada no prazo de 120 (cento e vinte) dias quando o réu estiver preso, prorrogáveis em até igual período, por decisão fundamentada, somente na hipótese de fato procrastinatório atribuível ao réu.

(E) a infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação dependerá de representação do Delegado de Polícia, descrevendo indícios seguros na necessidade de obter as informações por meio desta operação, ao juiz competente que poderá autorizar, de forma circunstanciada, motivada e sigilosa, cientificando, posteriormente, o Ministério Público para o devido acompanhamento.

2. (PC-SP-DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP - 2018)

Nos termos da Lei nº11.340/2006 (Lei Maria da Penha):

(A) a mulher vítima será inquirida sempre com intermediação de profissional do sexo feminino especializado em violência doméstica e familiar designado pela autoridade judiciária ou policial.

(B) é direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores exclusivamente do sexo feminino.

(C) é direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores, preferencialmente do sexo feminino e previamente capacitados.

(D) é direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial especializado, ininterrupto e prestado por servidores exclusivamente do sexo feminino.

(E) a mulher vítima será inquirida sempre com intermediação de profissional especializado em violência doméstica e familiar designado pela autoridade judiciária ou policial.

3. (PC-SP-DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP - 2018)

A prisão temporária é cabível

(A) quando imprescindível para as investigações do inquérito policial nos crimes, entre outros, de latrocínio e epidemia com resultado morte, pelo prazo de trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

(B) quando imprescindível para as investigações do inquérito policial nos crimes, entre outros, de latrocínio e roubo, pelo prazo de trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

(C) quando imprescindível para as investigações do inquérito policial ou instrução processual, nos crimes, entre outros, de latrocínio e sequestro ou cárcere privado, pelo prazo de trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

(D) quando imprescindível para as investigações do inquérito policial ou instrução processual, nos crimes, entre outros, de latrocínio e roubo, pelo prazo de trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

(E) quando imprescindível para as investigações do inquérito policial, decretada de ofício pelo magistrado ou a requerimento do Delegado de Polícia, nos crimes, entre outros, de latrocínio e estupro, pelo prazo de trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

4. (PC-SP-DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP - 2018)

Sobre as nulidades, é correto afirmar:

(A) para fins de convalidação dos atos processuais, as nulidades da sentença condenatória deverão ser alegadas na execução da pena, sob pena de convalidação.

(B) a preclusão não se aplica às nulidades por expressa disposição legal.

(C) segundo o princípio da instrumentalidade das formas, não se anula um ato se, embora praticado em desacordo com a forma prevista em lei, atingiu o seu fim.

(D) a não intervenção do Ministério Público na ação privada subsidiária da pública gera nulidade absoluta.

(E) o princípio do interesse aplica-se tanto às nulidades absolutas como às relativas.

5. (PC-SP-DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP - 2018)

A respeito da prova, é correto afirmar:

(A) não se admite a produção de provas não disciplinadas em lei, sob pena de violação do princípio da taxatividade.

(B) a produção da chamada prova emprestada deve obedecer ao procedimento previsto no CPP, sob pena de seu não aproveitamento.

(C) fonte de prova é o instrumento por meio do qual se introduzem no processo os elementos probatórios.

(D) meio de prova é tudo que é idôneo a fornecer o resultado apreciável para a decisão do juiz.

(E) elemento de prova é o dado bruto que se extrai da fonte da prova, ainda não valorado pelo juiz.

6. (PC-SP-DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP - 2018)

No que se refere à comunicação dos atos processuais, assinale a alternativa correta.

(A) A citação por procuração é aceita desde que o procurador tenha poderes especiais para tanto.

(B) Existem três formas de citação: a real, a ficta e a editalícia.

(C) A ausência de citação é causa de nulidade absoluta no processo, mas a inobservância das formalidades da citação gera nulidade relativa do ato.

(D) Ao verificar que o réu se oculta para não ser citado, dar-se-á a citação por edital.

(E) No caso de citação do militar, além do mandado de citação, que deverá ser cumprido por oficial de justiça, também é necessária a notificação do chefe da repartição pública em que o militar estiver lotado.

7. (PC-SP-DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP - 2018)

Acerca do duplo grau de jurisdição, é correto afirmar que

(A) constitui afronta ao princípio do duplo grau de jurisdição a cogitação da existência de um sistema com irrecorribilidade das decisões interlocutórias.

(B) a possibilidade de interposição de recurso especial e extraordinário não é manifestação do duplo grau de jurisdição.

(C) o exame direto da matéria pelo Tribunal em recurso de apelação constitui supressão do primeiro grau de jurisdição, mas não caracteriza violação do princípio do duplo grau de jurisdição.

(D) a garantia do duplo grau de jurisdição vale tanto para o acusado como para o acusador.

(E) a Constituição de 1988 assegurou expressamente referido princípio constitucional, dentre vários outros, assim como a Convenção Americana de Direitos Humanos, que assegura a todos os acusados, entre as garantias processuais mínimas, o direito de recorrer da sentença a juiz ou tribunal superior.

8. (PC-SP-DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP - 2018)

No que se refere à prova testemunhal, assinale a alternativa correta.

(A) Não se admite no processo/inquérito policial a presença de testemunhas indiretas, que são as que depõem sobre conhecimentos obtidos por intermédio de terceiros.

(B) É característica do testemunho a sua objetividade, isto é, a testemunha, como regra geral, depõe sobre fatos percebidos pelos seus sentidos, sem emissão de juízos de valor ou opinião pessoal.

(C) A oitiva das testemunhas acontece no lugar que for a ela conveniente.

(D) A judicialidade não é característica da prova testemunhal, à vista de sua produção se dar também em inquérito policial.

(E) Informantes não são classificados como testemunhas por conta das informações sigilosas que detêm.

9. (PC-SP-DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP - 2018)

A respeito do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

(A) Para saber qual é a autoridade policial *competente* para um certo inquérito policial, utiliza-se o critério *ratione loci* ou *ratione materiae*.

(B) A autoridade policial poderá arquivar autos de inquérito policial se convencida da inexistência da materialidade delitiva.

(C) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, autoridade policial poderá apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.

(D) Como peça obrigatória para o oferecimento da denúncia, os autos de inquérito policial acompanharão a denúncia ou queixa.

(E) O inquérito policial é um procedimento administrativo, de natureza acusatória, escrito e sigiloso.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (TJ-SP – CONTADOR JUDICIÁRIO – VUNESP – 2019)

De acordo com o disposto na Lei nº 8.429/1992, constitui um ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário

- (A) receber vantagem econômica de qualquer natureza, diretamente, para omitir ato de ofício ou providência a que esteja obrigado.
- (B) exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido e amparado em razão da ação decorrente das atribuições do agente público.
- (C) usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial de qualquer órgão da administração pública direta.
- (D) revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de bem ou serviço.
- (E) agir negligentemente na celebração, fiscalização e análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.

2. (TJ-SP – CONTADOR JUDICIÁRIO – VUNESP – 2019)

O controle interno dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, mantido de forma integrada, tem como finalidade

- (A) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- (B) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
- (C) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- (D) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano de diretrizes orçamentárias e a execução da lei orçamentária anual.
- (E) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.

3. (TJ-SP – CONTADOR JUDICIÁRIO – VUNESP – 2019)

O Senhor X, servidor público estadual, recusa-se a prestar a declaração de seus bens no prazo determinado, sob a alegação de que essa informação está acobertada pelo sigilo fiscal. Considerando-se as disposições da Lei nº 8.429/92, pode-se afirmar que, nesse caso, o Senhor X

- (A) não será punido, pois o sigilo fiscal é garantia constitucional.
- (B) será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- (C) não pratica ato de improbidade, pois sua recusa não importa em enriquecimento ilícito ou dano ao erário, nem atenta contra os princípios da Administração Pública.
- (D) será punido com multa civil de até cem vezes o valor da remuneração por ele percebida.
- (E) será punido com suspensão dos direitos políticos de 5 (cinco) a 8 (oito) anos.

4. (TJ-SP – CONTADOR JUDICIÁRIO – VUNESP – 2019)

Nas licitações realizadas na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520/02,

- (A) declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso.
- (B) os licitantes terão o prazo de 5 (cinco) dias contados da declaração do vencedor para apresentarem recurso, que deverá ser endereçado ao pregoeiro.
- (C) a falta de manifestação imediata e motivada do licitante não implica na decadência do direito de recurso.
- (D) o acolhimento de recurso importará na invalidação da fase externa do certame, devendo ser marcada nova data para a realização do leilão.
- (E) apresentadas as razões do recurso por qualquer dos licitantes, os demais serão intimados no prazo de 5 (cinco) dias para apresentar contrarrazões.

5. (TJ-SP – CONTADOR JUDICIÁRIO – VUNESP – 2019)

A Lei nº 8.666/93 permite que a autoridade competente anule o procedimento licitatório

- (A) por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
- (B) em razão de decisão judicial que determine a paralisação do procedimento licitatório.
- (C) por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- (D) por razões de interesse público, mas veda a anulação de procedimentos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

(E) em razão do poder de autotutela, devendo-se manter a execução do contrato, se já iniciada, em razão do princípio da autonomia do contrato.

6. (TJ-SP – ENFERMEIRO JUDICIÁRIO – VUNESP – 2019) Constitui um ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, dentre outros,

(A) revelar fato ou circunstância de que tenha ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.

(B) praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento previsto na sua área de competência.

(C) celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais.

(D) conceder benefício administrativo sem a observância das formalidades legais ou regulamentos diversos.

(E) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública para compras de materiais específicos da área de saúde.

7. (TJ-SP – ENFERMEIRO JUDICIÁRIO – VUNESP – 2019) A Lei nº 8.429/1992, nas suas disposições gerais determina que

(A) quando o ato de improbidade administrativa causar lesão ao patrimônio público, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Juiz competente, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

(B) a indisponibilidade recairá sobre os bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.

(C) as disposições desta Lei não são aplicáveis àqueles que não são agentes públicos e prestam serviços voluntários nas Fundações.

(D) o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente não está sujeito às penas desta Lei.

(E) agente público é todo aquele que exerce, com remuneração, por nomeação em decorrência de aprovação em concurso público, cargo público nas entidades da Administração Direta ou Indireta.

8. (TJ-SP – MÉDICO JUDICIÁRIO – VUNESP – 2019) José, médico judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, deixou de emitir um laudo médico com o devido parecer, que deveria fazê-lo para instruir um processo judicial. Nos termos do que determina a Lei nº 8.429/1992, a conduta de José que deixou de praticar, indevidamente, ato de ofício configurou um ato de improbidade administrativa que

(A) contribuiu para enriquecimento ilícito de terceiros interessados no processo judicial.

(B) atentou contra os princípios da Administração Pública.

(C) causou prejuízo ao erário.

(D) importou no seu próprio enriquecimento ilícito, pois recebeu uma gratificação para omissão de sua atribuição.

(E) favoreceu terceiro interessado para frustrar a licitude do processo judicial.

9. (TJ-SP – ADMINISTRADOR JUDICIÁRIO – VUNESP – 2019) O Estado de São Paulo enfrenta uma situação de grave e iminente risco à segurança pública e deseja reformar e aprimorar estabelecimentos penais. De acordo com a Lei nº 8.666/1993, é correto afirmar que em tal caso a licitação é

(A) deserta.

(B) inexigível.

(C) imprescindível.

(D) dispensada.

(E) dispensável.

10. (TJ-SP – ADMINISTRADOR JUDICIÁRIO – VUNESP – 2019) Uma determinada empresa pública que desenvolve atividade econômica em sentido estrito praticou um ato que provocou danos. Via de regra, pode-se afirmar que a responsabilidade extracontratual da referida estatal será

(A) integral.

(B) subjetiva.

(C) objetiva, fundada na teoria da culpa anônima.

(D) imprescritível.

(E) objetiva, fundada na culpa do serviço.

11. (TJ-SP – ADMINISTRADOR JUDICIÁRIO – VUNESP – 2019) Com relação às garantias nos contratos administrativos, com base na Lei nº 8.666/1993, é correto afirmar que

(A) a exigência de garantia dispensa a prévia previsão no instrumento convocatório.

(B) a fiança bancária é modalidade de garantia admitida pela legislação.

(C) a exigência de garantia contratual se encontra limitada a 2% do valor do contrato.

CRIMINOLOGIA

1. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)

No que concerne às Escolas Penais, é correto afirmar que a

- (A) “Positiva” entende que o crime deriva de circunstâncias biológicas ou sociais, tendo sido defendida por Feuerbach.
- (B) “Clássica” funda-se no livre-arbítrio e tem em Carrara um de seus maiores expoentes.
- (C) “Lombrosiana” acredita que o homem é racional e nasce livre, sendo o crime fruto de uma escolha errada, concepção hipotetizada por Lombroso e também por Ferri.
- (D) “Clássica” entende que a pena é medida profilática, de cura, pensamento difundido por Carmignani.
- (E) “Positiva” nasce em contraposição às ideias de Lombroso, defende o naturalismo-racional e tem em Garofalo um de seus doutrinadores.

2. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018)

Assinale a alternativa correta sobre o atual estágio de desenvolvimento dos estudos criminológicos, em relação ao conceito de prevenção da infração penal e ao respeito ao Estado Democrático de Direito.

- (A) Não há evidências ou estudos que demonstrem que investimentos tecnológicos nas polícias contribuem para a redução dos crimes.
- (B) Não há evidências ou estudos que demonstrem que o aumento do número de esclarecimento de crimes e prisões contribuiu para a redução dos crimes.
- (C) Campanhas de orientação às vítimas de crimes sexuais com o objetivo de que denunciem os agressores acabam por aumentar a vulnerabilidade das vítimas.
- (D) As mortes decorrentes de oposição à intervenção policial não devem ser equiparadas aos homicídios dolosos em geral para fins criminológicos, em virtude de relacionarem-se a condicionantes criminais diversas.
- (E) Medidas destinadas a priorizar atendimento policial a determinados tipos de crimes ou vítimas em decorrência da gravidade ou vulnerabilidade não devem ser adotadas sob pena de violação à igualdade de todos perante a lei.

3. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) A instalação, na cidade de São Paulo, de câmeras de videomonitoramento que possuem a funcionalidade de leitura de placas de veículos e cruzamento com banco de dados criminais, com o objetivo de identificar veículos utilizados ou que foram objeto da prática de crimes pode ser definida, no âmbito do conceito de Estado Democrático de Direito e dos modernos conceitos de prevenção criminal do crime, como uma medida prioritariamente de prevenção

- (A) secundária.
- (B) básica.
- (C) quaternária.
- (D) terciária.
- (E) primária.

4. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) Assinale a alternativa que apresenta corretamente tipos ou definições de vítimas, nos termos propostos por Benjamin Mendelsohn.

- (A) Vítima depressiva; Vítima indefesa; Vítima falsa; Vítima imune; e Vítima reincidente.
- (B) Vítima isolada; Vítima por proximidade; Vítima com ânimo de lucro; Vítima com ânsia de viver; e Vítima agressiva.
- (C) Vítima sem valor; Vítima pelo estado emocional; Vítima perversa; Vítima alcoólatra; e Vítima por mudança da fase de existência.
- (D) Vítima que se converte em autor; Vítima propensa; Vítima da natureza; Vítima resistente; e Vítima reincidente.
- (E) Vítima completamente inocente ou vítima ideal; Vítima de culpabilidade menor ou por ignorância; Vítima voluntária ou tão culpada quanto o infrator; Vítima mais culpada que o infrator; e Vítima unicamente culpada.

5. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) Assinale a alternativa correta no que diz respeito aos estudos desenvolvidos no âmbito da vitimologia.

- (A) Os estudos, as teorias e as classificações desenvolvidos no âmbito da vitimologia demonstram que a conduta da vítima não pode ser indicada como fator que, de algum modo, contribui para a prática do crime.
- (B) Uma das grandes contribuições do atual estágio de desenvolvimento da vitimologia foi demonstrar que o fenômeno da subnotificação é um mito e praticamente insignificante em termos quantitativos.
- (C) O aumento do número de crimes investigados e processados pode ocasionar uma maior vitimização secundária.

(D) O preconceito posterior à prática do crime que recai sobre a vítima, em crimes sexuais, por parte da sociedade em geral e que contribui para a subnotificação deste tipo de crime é denominado de vitimização primária.

(E) Pesquisas de vitimização devem, paulatinamente, substituir os indicadores criminais baseados em registros de crimes.

6. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) A ausência de utilitarismo da ação, a malícia da conduta e seu respectivo negativismo são fatores associados à teoria sociológica da criminalidade denominada como

- (A) Subcultura Delinquente.
- (B) Anomia
- (C) Teoria Ecológica do Crime.
- (D) *Labeling approach* “etiquetamento”.
- (E) Associação Diferencial.

7. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) A teoria sociológica da criminalidade que teve, entre seus principais autores, Émile Durkheim e Robert Merton é conhecida denominando na criminologia como

- (A) Escola de Chicago.
- (B) Teoria Ecológica do Crime.
- (C) *Labeling approach* “etiquetamento”.
- (D) Associação Diferencial.
- (E) Anomia.

8. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) O comportamento criminal é aprendido, mediante a interação com outras pessoas, resultante de um processo de comunicação, ou seja, o crime não pode ser definido simplesmente como disfunção ou inadaptabilidade de pessoas de classes menos favorecidas, não sendo exclusividade destas. Trata-se, nesse texto, da ideia que é base da teoria sociológica da criminalidade surgida em um ambiente pós-Primeira Guerra Mundial e denominada como

- (A) Anomia.
- (B) Teoria Ecológica do Crime.
- (C) Associação Diferencial.
- (D) Subcultura Delinquente.
- (E) *Labeling approach* “etiquetamento”.

9. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) Os conceitos básicos de “desorganização social” e de “áreas de delinquência” são desenvolvidos e relacionados com o fenômeno criminal de modo preponderante, por meio da teoria sociológica da criminalidade, denominada como

- (A) Escola de Chicago.
- (B) Subcultura Delinquente.
- (C) Associação Diferencial.
- (D) Anomia.
- (E) *Labeling approach* “etiquetamento”.

10. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) Em relação ao método da criminologia, é correto afirmar que

(A) em razão do volume de dados, a criminologia foca suas análises em metodologias quantitativas, reservando às ciências jurídicas as metodologias que têm por base análises qualitativas.

(B) o método empírico dominou a fase inicial e pré-científica da criminologia, cedendo espaço posteriormente ao método dogmático e descritivo, que melhor se adequa à fase científica e ao reconhecimento da criminologia como ciência autônoma.

(C) o método dedutivo é priorizado na criminologia por respeito à cientificidade deste ramo do saber.

(D) o método empírico tem protagonismo, por tratar-se a criminologia de uma ciência do ser.

(E) as premissas dogmáticas norteiam as diversas linhas e pensamentos criminológicos de modo que se permita a sistematização do conhecimento.

11. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) Em relação ao conceito e aos objetos de estudo da criminologia, é correto afirmar que

(A) a criminologia é o ramo das ciências criminais que define as infrações penais (crimes e contravenções) e comina as respectivas sanções (penas e medidas de segurança).

(B) a criminologia extrapola a análise do controle social formal do crime, preocupando-se também com os sistemas informais, e, sob um ponto de vista crítico, pode até mesmo defender a extinção de alguns crimes para determinadas condutas.

(C) após os inúmeros equívocos e abusos cometidos a partir das visões lombrosianas, a criminologia moderna afastou-se do estudo sobre o criminoso, pois fundase em conceitos democráticos e respeita os direitos fundamentais da pessoa humana.

(D) o estudo do crime por parte da criminologia tem por objetivo principal a análise de seus elementos objetivos e subjetivos indispensáveis à tipificação penal

(E) a preocupação com o estudo da vítima motivou a criação da criminologia como ciência autônoma, sendo este, por consequência, seu primeiro objeto de estudo.

12. (PC-SP – AUXILIAR DE PAPILOSCOPISTA POLICIAL – VUNESP – 2018) Assinale a alternativa que apresenta um exemplo de política de prevenção criminal prioritariamente terciária.

(A) Previsão do direito do condenado de abreviar o tempo imposto em sua sentença penal, mediante trabalho, estudo ou leitura.

(B) Instalação de câmeras de videomonitoramento em um estabelecimento que foi alvo de diversos roubos.

RACIOCÍNIO LÓGICO

1. (PC-SP – AGENTE POLICIAL– VUNESP – 2018)

Paulo, Lucas, Sandro, Rogério e Vitor são suspeitos de terem furtado a bicicleta de uma pessoa. Na delegacia:

- Vitor afirmou que não tinha sido nem ele nem Rogério;
- Sandro jurou que o ladrão era Rogério ou Lucas;
- Rogério disse que tinha sido Paulo;
- Lucas disse ter sido Paulo ou Vitor;
- Paulo termina dizendo que Sandro é um mentiroso.

Sabe-se que um e apenas um deles mentiu. Sendo assim, a pessoa que furtou a bicicleta foi

- (A) Vitor.
- (B) Lucas.
- (C) Paulo.
- (D) Sandro.
- (E) Rogério.

2. (PC-SP – AGENTE POLICIAL– VUNESP – 2018)

Assinale a alternativa que contém um argumento válido.

- (A) Se derrubar o copo de vidro no chão, então recolherei os cacos. Se não recolhi os cacos, então não derrubei o copo de vidro no chão.
- (B) Comprei um par de sapatos ou lanchei na padaria. Se não comprei um par de sapatos, então não lanchei na padaria.
- (C) Fui à feira e guardei tudo. Se não guardei tudo, então não fui à feira.
- (D) Se estudo muito, então passo de ano. Se passei de ano, então estudei muito.
- (E) Não escrevi a carta ou não mandei o email. Se mandei o email, então escrevi a carta.

3. (PC-SP – AGENTE POLICIAL– VUNESP – 2018)

Seja M a afirmação: “Marília gosta de dançar”. Seja J a afirmação “Jean gosta de estudar”. Considere a composição dessas duas afirmações: “Ou Marília gosta de dançar ou Jean gosta de estudar”. A tabela-verdade que representa corretamente os valores lógicos envolvidos nessa situação é:

TABELA-VERDADE		
M	J	Ou M ou J
V	V	1
V	F	2
F	V	3
F	F	4

Os valores 1, 2, 3 e 4 da coluna **Ou M ou J** devem ser preenchidos, correta e respectivamente, por:

- (A) V, F, V e F.
- (B) F, V, V e F.
- (C) F, F, V e V.
- (D) V, F, F e V.
- (E) V, V, V e F.

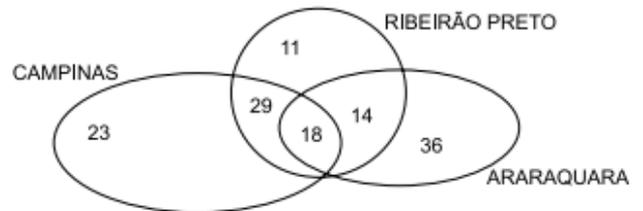
4. (PC-SP – AGENTE POLICIAL– VUNESP – 2018)

Considere a afirmação: “Mateus não ganha na loteria ou ele compra aquele carrão”. Uma afirmação equivalente a essa afirmação é:

- (A) Mateus ganha na loteria e não compra aquele carrão.
- (B) Ou Mateus não compra aquele carrão ou ele não ganha na loteria.
- (C) Mateus ganha na loteria ou ele compra aquele carrão.
- (D) Se Mateus ganha na loteria, então ele compra aquele carrão.
- (E) Se Mateus não ganha na loteria, então ele não compra aquele carrão.

5. (PC-SP – AGENTE POLICIAL– VUNESP – 2018)

Observe o diagrama de conjuntos e suas intersecções. Os números indicam a quantidade de turistas vindos da cidade K que já visitaram Campinas, Ribeirão Preto e Araraquara.



Dessa situação, é correto concluir que o número de turistas que visitou apenas uma dessas cidades supera o número daqueles que visitaram apenas duas dessas cidades em

- (A) 31.
- (B) 9.
- (C) 34.
- (D) 16.
- (E) 27.

6. (PC-SP – AGENTE POLICIAL– VUNESP – 2018)

Uma afirmação que corresponde à negação lógica da afirmação “Vou para Colômbia e participarei de um congresso” é:

- (A) Se eu for para Colômbia, então participarei de um congresso.
- (B) Vou para Colômbia e não participarei de um congresso.
- (C) Se eu não for para Colômbia, então não participarei de um congresso.
- (D) Não vou para Colômbia e não participarei de um congresso.
- (E) Não vou para Colômbia ou não participarei de um congresso.

7. (PC-SP – AGENTE POLICIAL– VUNESP – 2018)

Considere verdadeiras as afirmações a seguir:

- Se Marcelo acorda cedo, então Helena não sai de casa.
- Se Helena não sai de casa, então Marina vai para escola.
- Se Marina vai para escola, então Fábio pode jogar bola.
- Helena sai de casa e Fábio não pode jogar bola.
- Marcelo acorda cedo ou Fernanda faz o almoço.

A partir dessas afirmações, é correto concluir que

- (A) Fernanda faz o almoço.
- (B) Marina vai para escola.
- (C) Marcelo acorda cedo.
- (D) Helena não sai de casa.
- (E) Fábio pode jogar bola.

8. (PC-SP – AGENTE POLICIAL– VUNESP – 2018) Leia a frase a seguir:

- Qualquer pessoa sabe andar de bicicleta.

A afirmação que corresponde à negação lógica dessa frase é:

- (A) Todos que andam de bicicleta também andam de motocicleta.
- (B) Apenas uma pessoa sabe andar de bicicleta.
- (C) Pelo menos uma pessoa não sabe andar de bicicleta.
- (D) As crianças não sabem andar de bicicleta.
- (E) Ninguém sabe andar de bicicleta.

9. (PC-SP – AGENTE POLICIAL– VUNESP – 2018) Alberto, Clara e Eduardo são irmãos, e suas idades são 10, 12 e 15 anos, não necessariamente nessa ordem. Cada um deles pratica um desses esportes: futebol, basquetebol e voleibol, também não necessariamente nessa ordem. Alberto não pratica voleibol, Eduardo é 5 anos mais novo que Clara, e quem pratica basquetebol é o mais velho entre os três irmãos.

A partir dessas afirmações, é correto concluir que

- (A) Clara tem 15 anos e Eduardo tem 12 anos.
- (B) Se Alberto pratica futebol, então ele tem 12 anos.
- (C) Basquetebol é o esporte praticado por Alberto.
- (D) Se Clara tem 15 anos, então ela pratica voleibol.
- (E) O irmão praticante de voleibol não tem 10 anos.

10. (PC-SP – AGENTE POLICIAL– VUNESP – 2018)

Considere verdadeiras as afirmações a seguir:

- Luiza possui um gato.
- Henrique gosta de observar patos.
- Rafael não tem bicicleta.
- Tiago não gosta de comer macarrão.

A partir dessas afirmações, é logicamente verdadeiro que:

- (A) Ou Luiza possui um gato ou Tiago não gosta de comer macarrão.
- (B) Se Henrique gosta de observar patos, então Luiza possui um gato e Tiago gosta de comer macarrão.
- (C) Se Luiza possui um gato, então Rafael tem bicicleta.
- (D) Rafael tem bicicleta ou Henrique gosta de observar patos.
- (E) Tiago não gosta de comer macarrão e Henrique não gosta de observar patos.

11. (PC-SP – AUXILIAR DE PAPILOSCOPISTA POLICIAL– VUNESP – 2018) Três amigos – João, Mário e Paulo – têm 1, 2 ou 3 filhos, moram em cidades distintas, sendo Santos, Campinas e Jaú, e cada um tem um animal de estimação devidamente regularizado, sendo gato, cachorro e coelho, não necessariamente nessas ordens. Sabe-se que João tem mais filhos do que Mário e do que o outro amigo, que mora em Santos. Quem mora em Santos tem gato. O morador de Campinas tem menos filhos do que Paulo e do que aquele que tem o coelho. Com base nessas informações, assinale a alternativa que apresenta uma associação correta.

- (A) Mário mora em Campinas.
- (B) Paulo tem somente 1 filho.
- (C) João mora em Santos.
- (D) Paulo tem cachorro.
- (E) Mário tem gato.

INFORMÁTICA

1. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018) Um usuário de um computador com Windows 7 está utilizando o navegador Google Chrome, versão 65, para realizar a busca por informações sobre cursos de informática. Ao localizar uma página com informações interessantes, o usuário decide por salvar a página. Nessa situação, um dos tipos de salvamento da página é: Página da web,

- (A) somente HTML.
- (B) imagem JPEG.
- (C) formato PDF.
- (D) somente texto.
- (E) formato impressão.

2. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018) Considere que você recebeu uma mensagem *dee-mail* com um anexo de arquivo de imagem em formato JPEG. Dentre as possíveis ações do serviço *dee-mail*, ao realizar a ação de Encaminhar *dessee-mail*, o

- (A) campo Cco: será preenchido com o endereço do remetente automaticamente.
- (B) campo Assunto da mensagem não poderá ser alterado.
- (C) arquivo de imagem será anexado automaticamente.
- (D) texto da mensagem não pode ser editado.
- (E) arquivo de imagem será descartado da mensagem.

3. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018) Considere a seguinte planilha elaborada no MS-Excel 2010 (em sua configuração padrão e em português):

	A	B	C	D
1	2	2	2	
2	3	3	3	
3	1	1	1	
4	0	0	0	
5				

Suponha que as seguintes fórmulas tenham sido inseridas nas células **A5**, **B5**, **C5** e **D5**.

A5:=SOMA(A1:A4) **B5**:=SOMA(A1:B4) **C5**:=SOMA(A1:C4) **D5**:=MÉDIA(A5:C5)

O resultado produzido em **D5** será:

- (A) 12
- (B) 36
- (C) 18
- (D) 0
- (E) 6

4. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)

Em um documento editado no MS-Word 2010 (em sua configuração padrão e em português), a palavra “Casa” de um parágrafo está com os formatos de fonte Arial, Negrito e Sublinhado, apenas, e a palavra “Mesa”, de outro parágrafo, está com os formatos de fonte Calibri e Itálico, apenas. O usuário selecionou a palavra “Casa” e, a seguir, clicou no botão Pincel. Após isso, clicou na palavra “Mesa”.

É correto afirmar que, após todas essas ações, a palavra “Mesa” estará apenas com os formatos de fonte

- (A) Arial e Itálico.
- (B) Calibri, Negrito e Sublinhado.
- (C) Calibri, Itálico e Negrito.
- (D) Arial, Negrito e Sublinhado.
- (E) Calibri e Sublinhado.

5. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)

Em um computador com o sistema operacional MS-Windows 7, um usuário selecionou o arquivo A.txt em uma pasta no disco rígido e, em seguida, pressionou a tecla Delete (ou Del), confirmando a exclusão. Posteriormente, selecionou com o botão direito *domouse* (supondo este em sua configuração padrão) o arquivo B.txt em uma pasta em *um pen drive*, e ao soltar o botão, selecionou a opção Excluir exibida em um menu, confirmando a exclusão.

A respeito desses procedimentos, é correto afirmar que

- (A) ambos os arquivos serão colocados na Lixeira.
- (B) B.txt será colocado na Lixeira, enquanto A.txt será excluído definitivamente, sem ser colocado na Lixeira.
- (C) A.txt será colocado na Lixeira, enquanto B.txt será compactado e colocado em uma Lixeira Auxiliar do MS-Windows 7, destinada a arquivos excluídos de *pen drives*.
- (D) ambos os arquivos serão excluídos definitivamente e não serão colocados na Lixeira.
- (E) A.txt será colocado na Lixeira, enquanto B.txt será excluído definitivamente, sem ser colocado na Lixeira.

6. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018)

Em uma impressora jato de tinta colorida, há, normalmente, 4 cartuchos de tinta em seu reservatório, cujas cores são, além do preto,

- (A) violeta, amarelo e verde.
- (B) ciano, amarelo e magenta.
- (C) verde, azul e marrom.
- (D) magenta, ouro e creme.
- (E) cinza, ouro e prata.

7. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) Um dos dispositivos de armazenamento externo de micro-computadores são os pen drives, cujos valores típicos de capacidade de armazenamento são 4, 8 e 16

- (A) TB (*TeraBytes*).
- (B) GB (*GigaBytes*).
- (C) MB (*MegaBytes*).
- (D) KB (*KiloBytes*).
- (E) EB (*ExaBytes*).

8. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) Considerando-se, principalmente, os dispositivos mais recentes, há um tipo utilizado com microcomputadores que deve ser conectado em uma porta HDMI do micro-computador. Esse dispositivo corresponde

- (A) *aopen drive*.
- (B) *ao adaptador wireless*.
- (C) *à impressora*.
- (D) *ao microfone*.
- (E) *ao monitor de vídeo*.

9. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) Um mouse sem fio possui um dispositivo transmissor que envia os sinais a um dispositivo receptor ligado ao computador. Esse receptor de sinais é ligado, normalmente, em uma porta do tipo

- (A) USB.
- (B) DVI.
- (C) VGA.
- (D) Bluetooth.
- (E) PS2.

10. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) Utilizando um navegador típico de Internet, o usuário digitou o seguinte endereço: www.carlos.cim.br. De acordo com o endereço digitado, é correto afirmar que o usuário está acessando um site web de um profissional liberal da classe

- (A) contador.
- (B) instrutor.
- (C) impressor.
- (D) corretor.
- (E) importador.

11. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) Atualmente, é muito comum realizar o acesso à Internet por meio de uma conexão sem fio disponibilizado por *Access Points* ou roteadores fixos ou móveis. Dentre os esquemas de segurança disponibilizados nesse tipo de comunicação, o que fornece mais proteção é o

- (A) WPA.
- (B) WiFi.
- (C) WPS.
- (D) WEP.
- (E) WPA2.

12. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) Uma das vantagens da telefonia IP (VoIP), se comparada com a telefonia tradicional (fixa e analógica), é a

- (A) ausência de atrasos na conversação, ou seja, a comunicação é instantânea.
- (B) possibilidade de compartilhar o canal de comunicação de dados com outros serviços.
- (C) maior confiabilidade devido ao uso de uma conexão permanente entre os interlocutores.
- (D) maior disponibilidade do canal de comunicação, pois o canal é dedicado.
- (E) melhor qualidade da ligação sem interrupção ou cortes.

13. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) Na preparação de um e-mail a ser enviado, é necessário que se insira um endereço de e-mail válido.

- Um endereço de e-mail com formato válido é
- (A) `usuario~sobrenome@provedor^br`
 - (B) `@usuario.provedor.br`
 - (C) `usuario@provedor.br`
 - (D) `#usuario@provedor.br`
 - (E) `usuario.provedor.br@`

14. (PC-SP – AGENTE POLICIAL – VUNESP – 2018) Ao se preparar uma mensagem para envio por meio de um correio eletrônico, o usuário anexou dois ou mais arquivos em uma mesma mensagem, sendo correto afirmar que esses arquivos

- (A) podem ser todos do tipo pdf.
- (B) devem ser criptografados.
- (C) não podem ser protegidos por senha.
- (D) não podem ser de mesmo tamanho.
- (E) devem ser compactados.

ATUALIDADES

1. VUNESP - Soldado da Polícia Militar do Estado de São Paulo/2ª Classe/2021

No início de fevereiro de 2021, no tocante à tragédia ocorrida em Brumadinho em janeiro de 2019, a Vale (A) se comprometeu a encerrar a exploração de minério de ferro nas regiões brasileiras que necessitam da construção de barragens de rejeitos e a desenvolver novas técnicas de obtenção de recursos minerais com o mínimo de impacto ambiental.

(B) anunciou novas diretrizes da empresa no país, que apontam para a ampliação de investimentos na produção de derivados de minério de ferro e o abandono progressivo do extrativismo mineral.

(C) fez um acordo no valor de R\$ 37,68 bilhões com o governo de Minas, o Ministério Público de Minas Gerais e outras instituições, com o intuito de amenizar os impactos do rompimento da barragem de Córrego do Feijão.

(D) foi condenada pela Justiça Federal a indenizar os municípios da Bacia do Paraopeba em R\$ 27 bilhões, que devem ser destinados a obras de saneamento básico, saúde e educação, além de financiar projetos de recuperação ambiental.

(E) criou a Fundação Vale, entidade mantida com recursos próprios e que tem o objetivo de viabilizar projetos de desenvolvimento econômico-social nos espaços atingidos pelo rompimento de barragens em áreas de extrativismo mineral.

2. VUNESP - Soldado da Polícia Militar do Estado de São Paulo/2ª Classe/2014/1

Ativistas protestam contra o uso de animais em pesquisas

Cerca de 100 ativistas participaram na noite desta sexta-feira de um ato contra o uso de animais em aulas e pesquisas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis (SC). O grupo se reuniu diante da Concha Acústica para manifestar solidariedade a ativistas de outras regiões e criticar o desembargador federal Tadaaqui Hirose, que suspendeu a liminar que proibia o uso de animais para pesquisas na universidade. Em seguida, seguiu em caminhada pelo campus.

(Terra. 25.10.13. Adaptado)

Em outubro de 2013, as primeiras manifestações que desencadearam o debate sobre o uso de animais em pesquisas ocorreram

(A) no centro do Rio de Janeiro, quando jovens adeptos da tática black bloc se manifestaram de forma bastante violenta.

(B) na Rússia, quando um barco do Greenpeace foi detido pela marinha russa e todos os militantes estrangeiros da ONG ambientalista foram acusados de pirataria.

(C) em um instituto de pesquisa no interior de São Paulo, que utilizava ratos e cachorros em seus experimentos com medicamentos e cosméticos.

(D) em frente à sede do governo estadual de São Paulo, devido à suspeita de que o governo paulista financiaria esse tipo de pesquisa.

(E) em Brasília, em frente ao Congresso Nacional, à época da votação de uma lei favorável ao fim das pesquisas com animais.

3. VUNESP - Soldado da Polícia Militar do Estado de São Paulo/2ª Classe/2018/2

No Supremo Tribunal Federal (STF), a votação da matéria teve início em maio e, com um pedido de vistas de um dos ministros, somente em agosto a discussão foi finalizada. Nesta quarta (01.08), o STF tomou uma decisão que afeta escolas e alunos de todo o Brasil.

(<https://bit.ly/2vs6VrC>. 02.08.2018. Adaptado)

Com seis votos favoráveis, o STF decidiu que

(A) o Ensino Médio passará a ter a duração de quatro anos e oferecerá disciplinas e conteúdos para a profissionalização dos alunos.

(B) as crianças precisam ter seis anos completos até 31 de março do ano letivo em questão para poderem ingressar no Ensino Fundamental.

(C) os pais que se interessarem poderão oferecer educação domiciliar aos filhos que, não frequentarão escolas convencionais.

(D) os cursos superiores de formação profissional poderão ser feitos a distância desde que mantenham forte controle sobre a participação dos alunos.

(E) o Ensino Fundamental de nove anos passará a ter um currículo único em todas as escolas de modo a uniformizar a educação nacional.

4. VUNESP - Soldado da Polícia Militar do Estado de São Paulo/2ª Classe/2017/1

O movimento de ocupações de escolas tomou conta do Brasil em outubro de 2016. Mais de mil escolas foram ocupadas por estudantes, com destaque para o estado do Paraná.

Um dos principais motivos que mobilizaram os estudantes foi

(A) o desvio de recursos para custear bolsas de estudo para alunos carentes.

(B) a possibilidade de a Operação Lava-Jato ser encerrada sem concluir seus trabalhos.

- (C) a suspensão da entrega de livros didáticos devido à redução dos recursos.
- (D) a obrigatoriedade da participação no Enem, considerado uma avaliação conteudista.
- (E) a reforma do ensino médio proposta pelo governo federal.

5. VUNESP - Soldado da Polícia Militar do Estado de São Paulo/2ª Classe/2014/3

Em meados de 2013, o governo federal lançou, em Brasília, o programa “Mais Médicos”, que tem o objetivo de aumentar o número de médicos atuantes na rede pública de saúde em regiões carentes. Desde sua criação, um dos principais pontos polêmicos do programa é

- (A) a participação de grande número de médicos estrangeiros.
- (B) o preço das consultas, mesmo nos consultórios populares.
- (C) a má distribuição dos médicos, concentrados no Nordeste.
- (D) o fato de a maior parte dos médicos inscritos serem pediatras.
- (E) a área de abrangência, restrita às pequenas cidades.

6. VUNESP - Soldado da Polícia Militar do Estado de São Paulo/2ª Classe/2019/2

O Elevado Presidente João Goulart, mais conhecido como Minhocão, está prestes a passar por uma transformação profunda. Na última semana, o prefeito da cidade anunciou a criação de um parque linear em parte dos 3,4 quilômetros de extensão da via. Em uma primeira etapa, ele ocupará 900 metros da pista, nos dois sentidos sobre a Avenida Amaral Gurgel.

(Sérgio Quintella. “Prefeitura anuncia a construção do Parque Minhocão”.

Veja SP. <https://vejasp.abril.com.br>, 21.02.2019. Adaptado)

Corresponde a uma das críticas realizadas à implantação do projeto anunciado:

- (A) a necessidade de demolição do elevado para abrigar os novos usos pensados para aquele espaço.
- (B) os impactos negativos da mudança na circulação viária da região.
- (C) a segregação de classes sociais provocada pelas estratégias de gestão, como a cobrança de ingressos.
- (D) os interesses especulativos com a substituição dos prédios ao redor por novas torres ainda maiores.
- (E) a desvalorização de espaços privados de consumo na cidade, como os *shopping centers*.

7. VUNESP - Soldado da Polícia Militar do Estado de São Paulo/2ª Classe/2014/2

Até demorou. Não se dizia que os brasileiros eram passivos demais, sem consciência política? Um povo inebriado por futebol, Carnaval e cerveja, que só se aglomerava em show, bloco e passeata gay ou evangélica? Agora, uma fagulha incendiou multidões. São especialmente jovens. Como em qualquer lugar do mundo. Entre os que protestam pacificamente com flores na mão, há os vândalos que, rindo e xingando, depredam o patrimônio, quebram lojas, incendeiam ônibus. Alguma novidade? Sempre foi exatamente assim, em Paris, Londres, Buenos Aires ou Istambul.

(Ruth de Aquino. Revista Época. <http://revistae-poca.globo.com> /Mente-aberta/ruth-de-aquino/noticia/2013. Adaptado)

A “fagulha” a que se refere o texto, estopim dos protestos ocorridos no Brasil em junho de 2013, pode ser identificada como tendo sido

- (A) a confirmação da espionagem realizada pelo governo dos EUA sobre o Brasil.
- (B) o aumento das tarifas de ônibus e a exigência de redução do valor das passagens.
- (C) a criação de novos programas de política social por parte do governo federal.
- (D) a divulgação da lista de jogadores convocados para a Seleção Brasileira de Futebol.
- (E) o conjunto de reivindicações de aumento salarial por parte do funcionalismo público.

8. VUNESP - Soldado da Polícia Militar do Estado de São Paulo/2ª Classe/2019/1

“Deixei claro [para Mike Pompeo, Secretário de Estado norte-americano] mais uma vez que nos preocupamos os eventos recentes e as tensões na região, que não queremos uma escalada militar”, disse o ministro de Relações Exteriores alemão após o encontro com o representante americano.

Em 14 de maio, os representantes europeus expressaram preocupação sobre uma escalada da tensão entre os dois países e advertiram o secretário de Estado americano sobre o risco de um conflito “por acidente” no Golfo.

(G1-Globo. <https://glo.bo/2Vp5fKi>. Acesso em 17.06.2019. Adaptado)

A notícia envolve a tensão entre

- (A) a Arábia Saudita e o Iraque.
- (B) a Colômbia e a Venezuela.
- (C) o Estado de Israel e a Palestina.
- (D) a Rússia e a Síria.
- (E) os Estados Unidos e o Irã.